



Memória, discurso e sujeito: o entrelugar do surdo entre I1 e I2

Memory, discourse and subject: the deaf person's gap between I1 and I2

Cleyce Carla Pereira da Silva

<http://orcid.org/0009-0002-3584-7263>

Thatiana Silva Santos

<http://orcid.org/0009-0007-2823-6030>

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

<http://orcid.org/0000-0002-9715-2099>

Resumo: A presente investigação tem por finalidade analisar os possíveis efeitos de sentidos presentes na memória interdiscursiva e de como a noção de posição-sujeito representa o sujeito surdo na materialidade em questão, um texto retirado da rede social Facebook. Neste estudo, trazemos uma proposta que se insere no escopo teórico-metodológico da Análise de Discurso – AD – materialista francesa e refletiremos a luz de autores como: Pêcheux (1999; 2009), Orlandi (2007; 2015), Indursky (2000; 2013) dentre outros. Para tratarmos sobre a Libras, sujeito surdo e a relação de L1 e L2; Fernandes e Moreira (2009), Quadros (1997), dentre outros. O corpus em análise foi coletado a partir de uma postagem da rede social Facebook, a qual trabalhamos na análise a partir de 2 sequências discursivas. Nossa proposta é relacionar a discussão teórica presente na AD aqui, pelas seguintes categorias: memória/interdiscurso; analisamos a relação que a escrita do surdo desempenha e evoca sentidos que já existem na memória e no interdiscurso bem como a intrínseca relação que a Libras, L1 do surdo, se faz presente no português como marca identitária desse sujeito marcando sua posição-sujeito. A análise do corpus aponta para a demarcação de posições-sujeito filiadas à defesa de identidades surdas possíveis pelo discurso que suporta a surdez como diferença socioantropológica e não pelo discurso filiado à deficiência, funcionamentos estes que são acionados pela memória presente nas formações discursivas e pelos pré-construídos disponíveis no interdiscurso.

Palavras-chave: sujeito surdo; libras e português; análise de discurso; memória discursiva.

Abstract: The present investigation aims to analyze the possible effects of meanings present in interdiscursive memory and how the notion of subject-position represents the deaf subject in the materiality in question, a text taken from the social network Facebook. In this study, we bring a proposal that falls within the theoretical-methodological scope of French materialist Discourse Analysis - AD - and we will reflect on the light of authors such as: Pêcheux (1999; 2009), Orlandi (2007; 2015), Indursky (2000; 2013) among others. To address Libras, deaf subject and the relationship between L1 and L2; Fernandes and Moreira (2009), Quadros (1997), among others. The corpus under analysis was collected from a post on the social network Facebook, which we worked on the analysis based on 2 discursive sequences. Our proposal is to relate the theoretical discussion present in AD here, through the following categories: memory/interdiscourse; we analyze the relationship that the deaf person's writing plays and evokes meanings that already exist in memory and interdiscourse, as well as the intrinsic relationship that Libras, the deaf person's L1, is present in Portuguese as an identity mark of this subject, marking their subject-position. The analysis of the corpus points to the demarcation of subject-positions affiliated with the defense of possible deaf identities by the discourse that supports deafness as a socio-anthropological difference and not by the discourse affiliated with disability, these functions being triggered by the memory present in the discursive formations and by the pre-constructed available in the interdiscourse.

Keywords: deaf subject; libras and portuguese; discourse analysis; discursive memory.



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se lança no sentido de colocar em tensão o sujeito como materialidade complexa que é constituída pelo marxismo, psicanálise e pelo inconsciente (Orlandi, 2010). A propósito, este estudo insere-se no escopo da Análise de Discurso, doravante AD, materialista que é quem nos oferece o suporte teórico-metodológico com os dispositivos teórico-analíticos para que seja possível desenvolver gestos de análise e de interpretação sobre as materialidades.

No caso desta pesquisa, que traz como gesto de análise o entrecruzamento entre o sujeito surdo que constitui sentidos identitários por meio de(entre) duas línguas: a Libras (Língua Brasileira de Sinais) também sua L1 e, a língua Portuguesa na modalidade escrita, sua L2. Assim, trazemos como problema de pesquisa: como a Libras e o português figuram como principais veiculadoras da produção de sentidos por meio da escrita do surdo? O objetivo que norteia este gesto analítico é analisar os possíveis efeitos de sentidos presentes na memória interdiscursiva e de como a noção de posição-sujeito representa o sujeito surdo na materialidade em questão; um texto retirado da rede social *Facebook*. Ademais, destacamos a relação complexa entre a L1 e L2 do surdo que gerou o problema desta pesquisa.

Nesse sentido, as reflexões desta pesquisa abordam como primeiro tópico o sujeito da Análise de Discurso e se deteve sobre a formação deste sujeito na AD e suas complexidades devido a descentração deste a partir de sua compressão pelo viés sócio-histórico-ideológico. O sujeito da AD é interpelado pela ideologia e o faz ter consciência de si por meio de sua(s) posição social; a identidade de gênero, a etnia, a religião, dentre outros, que interferem na sua perspectiva e significação do mundo.

O segundo tópico, intitulado: Memória Discursiva e Interdiscurso, tem como foco o sujeito, a ideologia e o funcionamento discursivo, numa relação complexa e bidirecional. O sujeito é afetado pela ideologia que traz funcionamentos aos discursos nos ambientes em que está inserido. Nesse sentido, refletimos sobre como o sujeito surdo, foco deste nosso gesto analítico, constrói seu próprio gesto de interpretação no sentido de transgredir a reprodução dos saberes discursivos existentes sobre sua posição-sujeito. Dando segmento às reflexões, aborda-se no terceiro tópico sobre sujeito surdo, Libras e a língua Portuguesa; a L1 e a L2

e seus entrecruzamentos, na qual refletimos as peculiaridades que envolvem a aprendizagem destes sujeitos para com o Português como L2 e na modalidade escrita, por força do discurso jurídico.

Ante ao exposto, o quarto tópico da pesquisa delinea, as Condições de Produção do Discurso, ou seja, a Metodologia que objetiva analisar como se constitui a produção de sentidos na escrita do sujeito surdo, motivado pelo *corpus* da pesquisa, um texto retido de uma postagem na rede social *Facebook*, por um(a) surdo(a) que coloca em destaque as possíveis marcas da memória de si como sujeito que requisita um eu individual e, ao mesmo tempo, reconhece-se coletivo e sobretudo, se difere do outro; o ouvinte.

Para a realização da análise do *corpus*, alguns recortes foram necessários, optamos por sequências discursivas-SD- no total de 2, com a proposta de relacionar a discussão teórica na AD, a partir das categorias, memória/interdiscurso e analisar a relação entre a L1 e L2 do surdo por meio da memória discursiva. Ademais, a metodologia de análise de dados se insere no escopo teórico-metodológico da Análise de Discurso apoiado por teorizações à luz de autores como: Pêcheux (1999; 2009), Orlandi (2007; 2015), Indursky (2000; 2013), dentre outros. Ademais, este estudo é de natureza qualitativa e abordagem analítica.

3

O SUJEITO DA ANÁLISE DE DISCURSO

Longe de psicologismos puramente exclusivistas ou de consubstancialidades, a Análise de Discurso, AD, concebe o sujeito a partir de representações que o colocam num “lugar determinado na estrutura social” (Gadet; Hak, 1990, p. 82). Sua presença se insere a partir, inclusive, do imaginário coletivo em que estas representações tomam corpo nas práticas de linguagem diversas.

O sujeito da AD é perspectivado segundo atravessamentos socio-históricos-ideológicos, linguísticos e também “sugere” o eu individual, estes são, em síntese, os constituintes fundamentais para entender as proposições da AD em termos de constituição do(s) sujeito(s). Mediante reflexões posteriores às formulações iniciais que identificam o sujeito da AD, Indursky (2000) diz que os autores em questão Gadet e Hak (1990), mencionam com base em Cathérine

Fuchs (1975), a emergência de nova conceptualização sobre este objeto de análise trazendo a noção da natureza psicanalítica. Esse feito, marca a presença do **inconsciente** como campo de significação do sujeito, ou seja, adicionou-se então mais um elemento para refletir sobre a constituição do sujeito na AD.

Este novo constituinte - o inconsciente - endossa a discussão sobre subjetividade(s) e reforça mais uma vez a noção de posições que este sujeito assume, uma delas – pegando a deixa do inconsciente – faz com que os sujeitos baseiem seus dizeres em atravessamentos ideológicos que são retomados em forma de paráfrase por meio do que Pêcheux chama de **Esquecimentos** (número 2 e número 1, nessa ordem), no qual o de número 2 é da ordem da enunciação, daí ser chamado de esquecimento enunciativo, e o de número 1, que é da ordem do ideológico, e por esta razão, é chamado de esquecimento ideológico.

O esquecimento de número 2 faz referência aos sintagmas, às palavras que enunciamos. As palavras que se presentificam ao falarmos foram selecionadas e assim, escondem outras possibilidades de também serem enunciadas. O esquecimento do número 1 diz respeito ao sonho adâmico mencionado por Orlandi (2015, p. 35) onde achamos natural ser a fonte originária dos dizeres, “quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes”. Sendo assim, este esquecimento atesta a presença do inconsciente em nós, gerados pelos efeitos da ideologia e esta, como proposto pela AD, também constitui os sujeitos.

A respeito dessa constituição do sujeito, Orlandi (2007, p. 26) traz esclarecimentos com base na descrição do(s) objeto(s) da AD, situando-a como um campo investigativo que questiona o que é geralmente deixado à margem pela Linguística, ou seja, o “sujeito e a situação”. A definição do sujeito como objeto de investigação coloca a AD como redefinidora de questões relacionadas à linguagem ao questionar a suposta “ordem natural” que outras ciências atribuem aos fenômenos do universo da linguagem. A proposta da AD é sobretudo, questionar esta ordem de coisas dadas em naturalidade, sem tensão, e confrontar os sujeitos, bem como os processos de significação em que estes inserem-se.

A interpelação ideológica de que mencionamos anteriormente em relação à constituição do sujeito, pressupõe a não naturalidade das ações tomadas por eles. A ideologia age como um fio que amarra, sustenta as práticas nas quais

este sujeito se envolve mesmo achando-se no direito de requisitar originalidade sobre suas práticas, o qual acha-se também com “liberdade” de pensamento para manifestá-las. No fim, a ideologia dita as regras do funcionamento discursivo, mesmo sendo o sujeito, inconsciente desse interpelamento.

Esse movimento de interpelação ideológica traz aos sujeitos, inicialmente, as evidências dos símbolos, sugerindo sua presença atemporal, uma espécie de: “sempre foi assim”. Desse modo, interpreta-se e, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação, colocando-a no zero grau. Naturaliza-se o que é produzido na relação histórica e do simbólico” (Orlandi, 2015. p. 46). Orlandi diz mais: “Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.” (2015, p.46). Em síntese, a ideologia é o que possibilita condicionalmente que os sentidos se veiculem, ergam sujeitos, levando em consideração a raiz inconsciente em sua base, pois como mencionado acima, os sujeitos tomam as práticas por meio deste interpelamento ideológico sem terem a noção de que se movimentam por força dirigente da ideologia.

Os sujeitos compram a realidade em meio a essa sujeição ideológica de evidente "consciência" porque acreditam serem donos ímpares das experiências e relações com os objetos cognoscíveis, todavia, a AD desvela esses mecanismos de promoção das evidências presentes em funcionamentos discursivos diversos sem, no entanto, cobrar o valor de verdade absoluta sobre deles. Por fim, citamos a relação de subjetivação em que este sujeito se insere como forma de compreendê-lo na AD, que é fruto deste lugar determinado na relação espaço-tempo que é histórica e ideologicamente situado, onde há presença também da relação com o outro, como apontado por Brandão (2004), e que se mostra em complexidade, não sendo um movimento tão somente unidirecional em que dê para demarcar fim e começo da ação desse outro da relação.

O sujeito é descentrado de si, pois não se constitui – como discutido anteriormente – por um único viés, ele é multifacetado e assim, produz materialidades que sugerem essa relação de posicionamentos, unindo ações semiconscientes, inconscientes e imaginárias. Dessas relações conflituosas, ele projeta os efeitos de sentidos dados discursivamente. No caso deste estudo, discutimos a possibilidade de entrecruzamento entre posições-sujeitos, tendo o surdo como um dos principais focos do olhar discursivo por meio da sua própria

escrita que se manifesta na relação entre duas línguas diferentes: a Libras e o Português que se entrecruzam conforme a constituição do sujeito surdo que vive num país no qual, sua L1, a Libras é vista por muitos como uma “língua estrangeira” (Gesser, 2006), por ser de constituição diferente do português.

Nos interessa analisar as possibilidades de efeitos da memória em que essa escrita do sujeito surdo – no *corpus* elegido – traz as marcas da diferença surda e o coloca como sujeito protagonista ou que protagoniza sua maneira idiossincrática de manifestar essas duas línguas que o constitui de formas diferenciadas. Assim, temos as duas línguas; a Libras e o português como veiculadoras de sentidos enunciados por estes sujeitos que representam a si como sujeito de história, interpelados pela ideologia e sobretudo, sujeitos que perfazem no(s) entrecruzamento(s) entre essas duas línguas como facetas constituidoras do seu eu sujeito que é pessoal/inconsciente e, ao mesmo tempo, é coletivo. Adiante, continuamos com a proposta analítica deste estudo, refletindo sobre os efeitos de sentido da memória discursiva e o interdiscurso na constituição dos sujeitos mediante as formações discursivas que eles se inserem.

6

MEMÓRIA DISCURSIVA E INTERDISCURSO

Alinhando-se ao tópico anterior, discutiremos aqui, a noção de Formação Discursiva (FD), pois entendemos que os sujeitos se filiam a essas FD ao assumirem posições-sujeito (posições de classe). Antes de tudo, Orlandi (2015) explica que o sujeito enuncia ou tem seus ditos inscritos como inteligíveis, significáveis após tomarem parte numa organização semântica que comporta matrizes de sentidos por meio de relações parafrásticas e polissêmicas nomeado como Formação Discursiva (FD). Desse modo, as palavras, textos, frases e toda ordem do eixo do significante relacionam-se por meio dessa ligação.

Ao que aponta a autora: “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso” (Orlandi, 2015, p.43). Ou seja, não há neutralidade nos dizeres dos sujeitos, eles são “lembrados” a partir dos ditos esquecidos e retomados em forma de paráfrase sob o **efeito do novo** na enunciação dos sujeitos (Indursky, 2013). Os ditos possíveis de serem enunciados no plano sintagmático também sugerem o que não é dito como

possibilidades a serem falados em alguns momentos, ficando a cargo do **interdiscurso** como espaço memorável que comporta todas as possibilidades discursivas de todas as FD existentes (Orlandi, 2015).

Contudo, embora o interdiscurso seja um espaço que comporte todos os ditos, nem todos esses dizeres estão disponíveis aos sujeitos. É por meio das FD que os sujeitos “escolhem” o que pode e deve ser dito em determinadas condições de produção e isto por sua vez, é efeito do esquecimento número 2. Desta forma, para que esta “escolha” seja efetuada, o sujeito precisa estar afetado por uma determinada formação discursiva; e ideologicamente dominado, efeito do esquecimento número 1, ou seja, o sujeito tem a ilusão de que é a fonte do dizer. Nesse sentido, os sujeitos inseridos nas formações discursivas sofrem os efeitos que a memória e que o interdiscurso produz.

A propósito da memória, segundo Pêcheux (1999, p. 50) diz que: “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual” (aspas do autor), mas nos “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.” Então, na AD, discute-se a produção de sentido por meio dos dizeres que já existem, já foram ditos, e estes, não existem senão pela ação da memória. Os acontecimentos, segundo o autor, dão as condições nas quais o discurso é inscrito na memória e assim, passam a sofrer os seus efeitos (Pêcheux, 1999). Adiante, Pêcheux (1999, p. 52-53) diz que a memória serve de base estruturante da materialidade discursiva e se estabelece a partir de regimes dialéticos da repetição e da regularização e que estes, se manifestam num jogo de forças no interior da memória e, como pontuado acima, o discurso se inscreve na memória, esta por sua vez, é condição para que ele aconteça, faça sentido, uma vez que, a memória faz com que a materialidade do discurso exista, tenha uma superfície, mas que, sofrendo tais efeitos, a memória não se constituiria como uma “esfera plena” cujos limites “seriam transcendentais históricos” com conteúdo que não traz “um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório”, sendo assim, a memória “é um espaço móvel de divisões, disjunções, etc.,” (Pêcheux, 1999, p. 56).

Em se tratando interdiscurso, Pêcheux (2009, p. 45) diz que é: ““o todo completo com dominante” das formações discursivas, (...) ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação (...), caracteriza o complexo das

formações discursivas.” (aspas do autor). Nesse sentido segundo Pêcheux (2009), o interdiscurso alcança todos os dizeres possíveis, tantos os já ditos como os que foram esquecidos de algum modo.

Para Orlandi (2015, p. 31) a memória é interdiscurso e está associada nas condições de produção do discurso. O interdiscurso: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.”. Assim, a autora não vê distinção entre memória e interdiscurso e suas reflexões sobre memória e interdiscurso se alinham boa parte com as de Pêcheux (2009).

Nas palavras de Indursky (2011, p. 87) sobre memória e interdiscurso vê-se uma distinção. A autora compreende o primeiro – memória – como: “regionalizada, circunscrita ao que pode ser dito em uma FD e, por essa razão, é esburacada, lacunar”, ao passo que o interdiscurso “abarca a memória discursiva referente ao complexo de todas as FD”. Ou seja, o interdiscurso abarca todos os dizeres possíveis, ao passo que a memória se regionaliza por conta da sua relação com as FD. Para Indursky (2011), funciona como se os dizeres andassem em consonância com o que pré-diz, com o que é permitido enunciar numa FD, uma relação condicionante e a FD faz funcionar aquele dito que não precisaria, em tese, ser remetido a todos os dizeres possíveis, o que é trabalho do interdiscurso segundo Indursky (2011).

Segundo Orlandi (2015), as FD regulam os sentidos que as palavras assumem em determinada posição, pois os sentidos não cristalizados na palavra, eles por sua vez, apresentam a possibilidade de mudança quando esses espaços de enunciação formados pelas Formações Ideológicas (FI) que comportam dizeres das FD mudam também. Orlandi (2015, p. 43) ressalta que por mais que seja um conceito polêmico - o de Formações Discursivas – sua distinção se faz necessária, além de ser conceito-chave para entender como se dá a produção de sentidos na AD; “pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (Orlandi, 2015, p. 42).

No caso desta pesquisa, que tem como objeto de análise um *corpus* que fora retirado de um espaço enunciativo que circula num ambiente virtual – rede social – e antes de tudo, trata-se da forma como são produzidos os sentidos em que

pesem a memória discursiva e interdiscurso, a relação peculiar do surdo que vive entrecruzado por duas línguas; sua L1(Libras) e a maneira em como ele produz sentido na L2 (Língua Portuguesa) na modalidade escrita bem como sofre os efeitos da memória advindas das FD e do interdiscurso. Nesse processo, visa-se analisar como este sujeito identifica a si, demonstra sua posição-sujeito filiadas às questões identitárias que o diferencia do outro. Esse outro no caso, é o sujeito ouvinte.

SUJEITO SURDO, LIBRAS E PORTUGUÊS: A L1 E A L2 E SEUS ENTRECruzAMENTOS

Destacamos inicialmente que a relação do surdo com a Libras é de L1, por mais que não seja um consenso no âmbito dos estudos e pesquisas sobre aquisição, uso e interfaces entre a Libras e o português pelos surdos. Mantemos essa posição de defender a Libras como L1 do surdo com base na perspectiva antropológico-cultural (Strobel, 2008; Perlin, 2003) de que a Libras é vista como língua materna dos surdos brasileiros. Falamos dessa forma, pois levamos em consideração, as possibilidades de **apreensão natural** destes sujeitos em termos de aquisição linguística, mesmo que estes não estejam inseridos/expostos à Libras desde a idade natural de ocorrer essa aquisição que é desde tenra idade.

Isso porque, segundo Strobel (2008) e Kail (2013) 90% das crianças surdas nascem em famílias de pais ouvintes, isso faz com que muitas crianças tenham a oportunidade de ver a língua de sinais – pois essa não é apenas uma realidade das crianças surdas brasileiras – apenas no ambiente escolar, e muitas delas às vezes nem têm essa oportunidade, ficando a vida inteira afastados da Libras, no caso do Brasil (Fernandes & Moreira, 2009).

Sendo assim, a realidade de aquisição da Libras por crianças surdas acontece de forma diferente, pois, é no ambiente escolar que esse processo se dá em grande parte dos casos, ao contrário do que se espera tendo normalmente o ambiente familiar como principal *locus* desse processo. Diante o exposto, defendemos a Libras como L1 dos sujeitos surdos brasileiros, mesmo a partir da delicada realidade de aquisição dessa língua, pois a disposição natural de

adquirir uma língua apreensível à sua condição cognitivo-perceptiva desses sujeitos, se dá por meio do canal visual, principal característica destes sujeitos e da Libras.

As crianças surdas em muitos dos casos, vão crescendo, chegam à idade recomendada para a educação escolarizada e ainda assim não receberam a exposição ao input linguístico em língua de sinais. Dessa maneira, acontece que muitos surdos, adquirem a Libras tardiamente e, concomitante a essa falta de input linguístico em sinais, eles recebem estímulo linguístico por meio de terapia fonoaudiológica para aprenderem a oralizar, ou seja, usar o português de forma oral e assim, acompanhar o processo de escolarização regular por meio da escrita desta língua que para o surdo, é uma língua que não é adquirida naturalmente.

Essa forma de apreensão **não natural** do português, faz com que o surdo se sinta obrigado a assim fazê-lo. Podemos refletir que esse **sentir-se obrigado** por parte do sujeito surdo em aprender esta língua é efeito do discurso jurídico, na qual, põe parte da L1 do surdo como legítima e, ao mesmo tempo, a limita e coloca-a em segundo plano no que diz respeito à representatividade política. Nos referimos, assim, à Lei 10.436/2002, a chamada **lei da Libras** que, ao mesmo tempo em que deu notoriedade política e visibilidade às demandas históricas do povo surdo brasileiro, reconhecendo a Libras como “sistema linguístico legítimo” (Brasil, 2002)¹, também diz que “A Língua Brasileira de Sinais-Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.”², ou seja, a situação da Libras em território nacional é de língua de minoria e se tem minoria que dizer que existe a língua da maioria, ou seja, o português.

Como alternativa educacional, filosófica e política, o bilinguismo surge como forma de inserir os surdos de maneira inclusiva, levando em consideração suas particularidades; nos referimos principalmente a diferença surda³, que inclui

1 A saber, no Art. 1º, parágrafo único: “Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”

2 Citação do Art. 5º, parágrafo único da mesma Lei.

3 Pelas Palavras da Prof.^a Dr.^a Gládis Perlin – mulher surda – podemos entender o significado desses termos para os surdos, a saber: “A nova linguagem que é proporcionada pelos Estudos Culturais leva a falar de um modo diferente, menos crucial, mais emancipador da identidade surda. Não se trata mais de uma identidade mantida no estreito círculo do indivíduo e a significar a diferença diante da deficiência. Trata-se agora de identificação cultural mais ampla, de forma a manter nossa subsistência enquanto povo e enquanto cultura com a gama de artefatos que a motiva.” (Perlin, 2008, p. 237).

necessária e prioritariamente a língua de sinais, Libras, e seus aspectos culturais. A título de definição/delimitação breve sobre o bilinguismo específico para a educação de surdos, mencionamos as palavras de Quadros (1997) que discute o principal objetivo desta abordagem: “propõe tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar (...). Considera a língua de sinais–Libras– como língua natural–língua materna–e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita” (Quadros, 1997, p. 27, [adaptação nossa]). Ou seja, a Libras é sua língua de instrução também, e o português é sua segunda língua e na modalidade escrita.

Nesse sentido, em concordância as peculiaridades dos sujeitos surdos consideradas pela abordagem bilíngue, Skliar (2010, p. 11) adverte sobre a necessidade da surdez ser reconhecida não por pressupostos clínico-patológicos e sim: “(...) a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada(...)” por isso, o bilinguismo na educação de surdos não pode ser reduzido à interpretações simplistas e ser considerado como somente aprendizagem e uso de duas línguas.

Fernandes e Moreira (2009, p. 226), ao refletirem sobre as peculiaridades da educação bilíngue de surdos no Brasil, diz que os surdos são considerados como tal – bilíngues –, por “dominarem duas línguas legitimamente brasileiras, posto que ambas expressam valores, crenças e modos de percepção da realidade de pessoas que compartilham elementos culturais nacionais”, no entanto, as autoras corroboram para a reflexão desenvolvida acima de que a Libras não é tratada com igual prestígio e *status* que o português, pois, a primeira é língua de minoria política.

A Libras e o português coexistem no ensino de surdos por meio do bilinguismo, e este, na abordagem sociolinguística, é reconhecido como “bilinguismo diglósico” (Fernandes e Moreira, 2009, p. 226), pois na visão das autoras, este tipo de bilinguismo é assim definido por conta das línguas serem usadas de formas complementares, contudo, seus usuários atribuem funções diferentes para ambas. Então, os surdos utilizam critérios de uso funcional diferente para o português e a Libras.

Nesse caso, o principal critério de uso que diferencia essas duas línguas é que; nas situações sociocomunicativas em que as práticas de linguagem se

caracterizem pela formalidade, envolvendo a escrita de produções textuais, é utilizada a língua portuguesa, a língua da maioria, o idioma nacional. E, nas situações em que envolve o conforto, a identificação e uso doméstico, a Libras entra em cena.

Assim, a Libras e o português, duas línguas legitimamente naturais, entretanto, sob o ponto de vista legal, desempenham *status* e prestígios diferentes frente à comunidade surda e à comunidade ouvinte. Ao surdo lhe é exigido que aprenda o português sob pena de não comungar de práticas necessárias à vida em sociedade, e, ao ouvinte, como natural usuário de uma língua de prestígio, não lhe é obrigado a aprender a língua da minoria, a não ser que este queira irromper com o discurso hegemônico do prestígio no uso de uma língua, optando por conhecer uma língua de menos prestígio sócio-político.

O PENSADO E O EXECUTADO: METODOLOGIA E ANÁLISE

Tomando como base “o discurso, enquanto prática discursiva⁴” (Indursky, 2013, p. 26) a AD debruça-se “sobre a materialidade discursiva, procurando desconstruí-la para determinar os funcionamentos discursivos”, trazemos para este tópico, à maneira da AD, como este trabalho foi estruturado, sua composição e construção do *corpus*, bem como os recortes de análise elegidos. De início, trazemos as palavras de Orlandi (2015, p. 30) a respeito das condições de produção do discurso nas quais podem ser consideradas em **sentido estrito** que são as circunstâncias da enunciação: é o **contexto imediato**, e também, temos o entendimento em sentido amplo, incluindo o contexto sócio-histórico e ideológico. Nesta pesquisa, respondendo: o que diz, para quem disse e onde disse, nós destacamos como materialidade analisada o texto produzido por um sujeito surdo retirado da rede social; *Facebook*, correspondendo assim às condições de produção em sentido estrito.

Esta materialidade escolhida foi segmentada em duas Sequências Discursivas - SD - para receber os recortes de acordo com a discussão teórica empreendida nas seções anteriores principalmente, saber quais os possíveis funcionamentos

⁴ Indursky (2013, p. 26) *apud* Maldidier, Normad e Robin (1972, p. 116-141) – e estas últimas com base em Foucault - define prática discursiva como: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no espaço e no tempo, as quais definiram, em uma época específica e em uma era social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições do exercício da função enunciativa.”

dos efeitos de sentido da memória e do interdiscurso assim como a noção de posição-sujeito e identidade marcadas aqui por duas línguas, a Libras e o português na escrita do sujeito surdo.

A produção deste texto, que serve como *corpus* de análise deste estudo, se deu numa situação de debate sobre a comemoração nacional do Dia do Surdo e, o(a) sujeito-autor o produziu de acordo com a discussão que fora movimentada no grupo –um grupo do *Facebook* – e assim, esta temática - O dia Nacional do Surdo - causou a motivação primária da discussão.

Outro critério de escolha dessa materialidade se dá em razão de que é um texto que figura com certa consistência no volume de linhas que foram escritas por motivação do sujeito-autor, ou seja, ele usou do espaço na qual a discussão fora motivada para assumir posição sobre o tema acima descrito, além de, em nosso entendimento, isto representar um gesto analítico do sujeito-autor frente ao tema debatido que implicou no uso livre da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Nesse sentido, possa ser que a opção pelo uso desta língua se justifique, nas palavras de Mianes, Müller e Furtado (2011, p. 59) como: “a escrita em português transcende a função expressiva e estética da literatura, pois em jogo também estão questões políticas e de constituição de significados”, ou seja, o que talvez possa estar na base da escolha do sujeito enunciator em utilizar a língua portuguesa nessa situação comunicativa seja principalmente, o acesso que muitas pessoas teriam ao seu escrito, e este acesso é certamente uma tomada de posição política sobre uma oportunidade de mostrar suas filiações ideológicas. Tal gesto corrobora com o pensamento de Karnopp (2014) para a qual diz que a escrita tem uma “natureza como um ato político, social, mental (...)” (Karnopp, 2014, p. 53).

Geralmente – e não é uma regra rígida – os surdos fazem uso das redes sociais para se expressarem por meio da Libras, sua L1. Essa expressão se dá de forma mais comum por meio de vídeos, contendo a forma natural desta língua, ou seja, uma língua que se expressa essencialmente pelo gestual-visual. Nossa proposta é relacionar a discussão teórica presente da AD aqui, pelas seguintes categorias: posição-sujeito; memória/interdiscurso; e a relação complexa do surdo envolvendo a sua L1 - Libras – e o português na modalidade escrita – sua L2.

EFEITOS DE ANÁLISE: MOVIMENTANDO A TEORIA NO GESTO ANALÍTICO

Retiramos o texto e o colocamos aqui em sua integralidade para posterior segmentação em 2 SD e assim, recortarmos à luz das categorias de análise anteriormente citadas. O texto segue abaixo:

Pessoal para (ouvintes), muito importante! Vocês tem que entender simples, eu odeio quando vocês me chamando de "MUDO, MUDINHO, BURRO, FALA MAL NA COSTA DE MIM, não sabe o que escrever de português". Qual é a problema? Mas não EXISTE porque os mudos é tipo as pessoas não falam ou não gritam nada, me dá licença? Não me chamar de "mudo ou mudinho" e talvez, eu grito sim, chamo o nomes das minhas famílias, tenho a minha voz de risada, briga e tenho muitos outros. Não me chama de "surdo-mudo", mas eu sou surdo SIM e não sou mudo! Só que vocês não sabem o que é significado. Não tenho vergonha de ser surdo. Qual é o problema? Eu sou surdo alguém tem problema? Eu não tenho culpa, foi Deus criou, claro que eu te respeitam a todos diversidade de pessoas, mas vocês me respeitam também, né. Não precisa gritar comigo mesmo que eu consigo de ver, pois é eu sou muito visual, entendeu? Eu não tenho vergonha com as pessoas e alguns me zoam que eu não ligo pra isso... e as pessoas não sabem nada da minha vida, se quando vocês ter um filho(a) >>> "deficiência qualquer um" <<< e pode acontecer e aí? porque não tem como me responder, né? Tem que fica humilde e ligada! Eu tenho orgulho, eu sou surdo e daí? Eu sou capaz fazer tudo para coisas. Mas quem é pessoas ter preconceito e também ter sem vergonha de si mesmo, e daí? Esperando que vocês estão entendido que estou falando!!! Quem fizeram uma merda, eu vou te bloquear o momento que não tem desculpa mais nada. Hoje é dia 26 de setembro é o Dia Nacional do Surdo, uma data muito especial e que nos relembra a história e a luta dessa comunidade. Obrigada a todos. Deus te abençoados para todos. Amém. [Grupo Surdos e Intérpretes: Brasil-LIBRAS, retirado do Facebook, 2020]

14

Destacamos as SD's que seguem abaixo mediante análise. Na SD1, temos:

Pessoal para (ouvintes), muito importante! Vocês têm que entender simples, eu odeio quando vocês me chamando de **"MUDO, MUDINHO, BURRO, FALA MAL NA COSTA DE MIM, não sabe o que escrever de português"**. [grifo em negrito, nosso]

O sujeito do discurso – o surdo enunciador – enfatiza a direção discursiva, ou seja, é um dizer direcionado aos ouvintes – como destacado – e por se tratar de posição-sujeito diferentes entre estes dois públicos; surdos e ouvintes, o enunciador faz uso de discurso direto como forma de mostrar essa marca de diferença entre as pessoas do discurso bem como nos efeitos de sentidos que sobressaem daí.

Nesse sentido, o sujeito-enunciador, fala para o outro que é diferente dele que é ouvinte, revelando a construção social diferenciada destas posições-sujeito; o primeiro, surdo – é tido como alguém que tem seu corpo marcado pela deficiência, por **faltas, incapacidade**, aproximando-se do discurso clínico-patológico. Porém, este sujeito surdo narra a si como sujeito marcado por peculiaridades e expressões socio e antropro culturais diferenciadas, como pela diferença surda, a visualidade⁵, pela experiência de ser e estar no mundo fazendo apreensões majoritariamente pelo canal visual, responsável por tornar suas experiências cognoscíveis, significantes.

O segundo – o outro – deste discurso é o da posição de privilégio e prestígio social por não ser atravessado pelo discurso da deficiência e sim, ao que parece, pelas particularidades linguísticas que o legitimam como sujeito “normal”, por ser usuário natural da língua oral que é ao mesmo tempo majoritária e prestigiada. Contudo, nesta SD1, esse sujeito-outro está sendo questionado por posições de aceção preconceituosa, sobretudo quando se fala do uso da língua Portuguesa por surdos – comprovado pelo trecho: “**...não sabe o que escrever de português**”, debate que suscita opiniões acaloradas.

A esse respeito, destacamos sobre a relação que o sujeito enunciador apresenta neste enunciado acima, grifada na SD1 em análise; figura a Libras – sua L1 - e a Língua Portuguesa – sua L2 – como interlíngua considerando a expressão escrita da L2. Segundo Silva (2018) a interlíngua é basicamente o processo em que um sujeito se submete quando está aprendendo uma L2. O aprendiz, para evoluir no aprendizado da L2, usa comumente a estrutura linguística da sua L1, é uma espécie de conforto cognitivo para assim assimilar uma língua nova e assim, ir avançando na aprendizagem dessa L2.

No caso dos surdos aprendendo o português na modalidade escrita, é comum que exista a estruturação das sentenças escritas com base na Libras, e observamos; uma língua de modalidade totalmente diferente do português⁶. Os

⁵ Pensando como artefato cultural surdo a partir da Prof.^a Dr.^a Raquel Strobel (2008) – mulher surda – onde essa visualidade tem na base a experiência visual que é algo constitutivo do sujeito confirmado também por Perlin (2003, p. 218): Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico.”

⁶ A modalidade linguística tem a haver com os modos e produção e percepção das línguas. A Libras, língua visual-espacial, é produzida pelas mãos e uma série de constituintes corporais, e é percebida pela visão. Já o Português, uma língua produzida pelos componentes orofaciais, e é percebida pela audição.

constituintes comuns da sentença: sujeito, verbo, predicado, etc., são postos em ordens diferentes, bem como há a questão da ortografia, muitas vezes fugindo ao padrão da variedade formal do português. Porém, conforme o que pesquisou Brochado (2003) sobre o processo de apropriação da escrita do português por alunos surdos do fundamental II, quando há os erros nessa escrita, há indicativo de aprendizagem linguística do sujeito. Sendo assim, o aprendiz, quando não obedece ao esquema padrão de estruturação dos constituintes não significa por sua vez que não está apreendendo esse novo sistema linguístico da L2.

Silva (2018) diz que esses erros podem ser aproveitados pelos professores e assim, funcionam como uma oportunidade de produzir novas situações de aprendizagem nessa L2. Nesse sentido, a interlíngua, que não é nem a L1 e nem a L2, se torna uma escada a qual os aprendizes da L2 dão passos graduais de aquisição, de aprendizagem, conforme o input apreensível ao aluno, nesse caso, o surdo. Então, primeiro; ele é um aprendiz que precisará aprender uma língua de modalidade diferente da sua L1 e segundo a forma de apreensão dessa L2 não pode ser como o processo que o ouvinte passa; decodificando letras e sons inicialmente. Lembremos de outra questão fundamental: este aprendiz é uma pessoa surda, e sua principal forma de aquisição cognitiva é por meio da visão e não da audição.

Ademais, a ocorrência da interlíngua, situação comum entre aprendizes surdos que estão envolvidos em duas línguas, entende-se que há necessidade de parâmetros de aquisição da L1 do surdo para que a aprendizagem da segunda língua, o português na modalidade escrita, alcance sucesso considerável. Isso ocorre porque segundo Quadros (1997, p. 22): “o processo de aquisição da língua falada pelo surdo jamais ocorre da mesma forma que acontece com a criança que ouve, porque esse processo exige um trabalho sistemático e formal.”

Ou seja, o processo de aprendizagem da língua Portuguesa para o surdo, sobretudo em idade de escolarização, em que sua mediação é formal e este sujeito não vê o português como uma língua de forte identificação tanto quanto a Libras, e por isso, a maneira de expressar-se nessa L2 não é tida – pelos ouvintes ou a sociedade majoritária – como um “correto” modo. Isso explica o porquê na reação de incômodo que o outro – ouvinte – desfere ao sujeito-enunciador, o qual dá destaque respondendo a essa complexa relação na frase em destaque da SD1.

Contudo, os surdos precisam adquirir habilidades que vão torná-los eficientes na escrita do português, e como refletido na terceira seção, existem dispositivos que tornam obrigatórios essa aprendizagem eficaz, sob pena de mais exclusão para os surdos. Então esses sujeitos precisam aprender o português como L2 e na modalidade escrita a fim de poder participar dos contextos majoritários em que comumente estão inseridos.

Houve um destaque pelo próprio sujeito-enunciador do texto analisado dos termos: MUDINHO e BURRO, estes por sua vez, são indicativos de insatisfação enfatizada pelo uso das letras em caixa alta, que suscitam a discussão da posição de desprestígio social e cognitivo associado às ideias de senso comum ligeiramente ultrapassadas sobre a surdez. Ideias estas que confirmam a presença de um imaginário coletivo interdiscursivo sobre a surdez, reforçando a visão clínico-patológica amplamente reiterada ao longo dos históricos de exclusão e extrema discriminação para com este grupo a qual os surdos integram, os “deficientes”.

Esta reflexão acima é logo puxada em continuidade, na SD2, a saber:

Não me chama de "surdo-mudo", mas eu sou surdo SIM e não sou mudo! Só que vocês não sabem o que é significado. Não tenho vergonha de ser surdo. Qual é o problema? Eu sou surdo alguém tem problema? **Eu não tenho culpa, foi Deus criou**, claro que **eu te respeitam a todos diversidade de pessoas, mas vocês me respeitam também, né.** [grifo em negrito, nosso]

17

No primeiro destaque, o sujeito-enunciador assume posição de não aceitação de um dizer interdiscursivo do senso comum constituído nos sintagmas: **surdo-mudo**, por conter uma carga de significação que não compactua sentido frente a formação discursiva que o sujeito surdo assume na atualidade pós-moderna. Quando dizemos: **o surdo assume** significa dizer que este, agora tem o poder de produzir narrativas sobre si, de reformular os ditos que estavam cristalizados sobre si na memória discursiva e então, hoje, eles narram a si por meio de identidades diversas.

Na materialidade em questão, entendemos também, que essa representação também se estende como representação coletiva, ou seja, ele narra a si como **sujeito surdo** e reconhece seu pertencimento ao **povo surdo**. Este sujeito se identifica como **surdo**, a despeito do que o outro – o ouvinte – o chama, puxando assim, o efeito de sentido da memória discursiva nestes termos em destaque na

SD2, em que pese o sentido de patologia com maior força do que a presença da surdez como diferença. Em contrapartida, o sujeito-enunciador, ressalta o efeito de sentido em que põe a diferença como principal marca de sua identidade e, portanto, algo não pejorativo.

Essa afirmação de posição de identidade marcada em: **“eu sou surdo SIM e não sou mudo!”** é mostrado como uma forma enfática de comunicar a este outro – o ouvinte - sua diferença identitária ancorada a um novo consenso epistêmico sobre as identidades surdas – (Skliar, 1999; 2010) – não pelo viés unívoco e estigmatizante que estes dois termos usando em conjunto evocam. Sobre a marca de diferença identitária, Perlin (2003, p. 218) assume: “Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual” e por experiências visuais, entende-se que estes indivíduos apreendem a vida majoritariamente pela visão, inclusive, tendo a língua de sinais como símbolo dessa característica. Pensando nesse modo de rompimento com a ordem comum de tais discursos sobre a surdez, Skliar (1999; 2010) mencionado no início das seções anteriores, propõe o entendimento do ser surdo por meio da visão da diferença, das experiências visuais e pelo trato antropológico envolvendo a organização cultural e política pela língua de sinais.

Percebe-se, neste gesto de interpretação do sujeito-enunciador, que ele enuncia com a intenção de reformular dizeres que não encontram mais sentido frente ao que se diz assumir por identidade e, portanto, o que esse outro diz, faz parte de um passado. Essa nova forma de representar-se identitariamente reformula a memória interdiscursiva das FD às quais ele se insere atualmente. Ele é um sujeito surdo, marca identitária que é diferente de **mudo** e/ou **surdo-mudo**, excluindo a coexistência dessas duas categorias identitárias como uma só, e que não é igual a **surdo**.

Na SD2, em: **“Eu não tenho culpa, foi Deus criou...”** temos a retomada do dizer, a memória discursiva mais uma vez, presentificando o discurso religioso acionando dizeres que, inclusive, justificavam, há séculos, a sub-humanidade de tal sujeito. Como prática antiga, temos alguns fatos que corroboram esta condição de sub-humanidade citada por Nascimento (2008) presente na obra de Ferdinand Berthier – estudioso surdo – que data de 1840 tratando sobre a história dos surdos. Berthier cita fatos históricos envolvendo surdos que remontam a tempos antigos, as quais os povos espartanos por exemplo,

deixavam crianças surdas abandonadas à própria sorte por não partilharem de condições auditivas aceitáveis para naquela organização social.

Chegando na Idade Média - que é nosso interesse ao apontar o discurso religioso e sobretudo cristão – qualquer um que nascesse com algum tipo de especificidade que se configurava como “defeito” físico, sensorial era rotulado como de origem pecaminosa. Há a confirmação de tal fato por passagens bíblicas como a do cego de nascença ⁷que fora curado pelo Messias. Embora essa passagem bíblica não remeta exatamente à idade média, em termos cronológicos, a mencionamos por porque estes dizeres fazem relação com os dizeres que foram retomados nesse período histórico tendo a Igreja Católica como principal *locus* dessa recuperação interdiscursiva.

A tensão evocada pelo destaque analisado é não somente a sujeição em filiação discursiva cristã pelo sujeito-enunciador que é um sujeito surdo, mas há também, presença de um certo deslize ou reformulação desse dizer, pois, outrora este sujeito – surdo – era tido sob o jugo do horrendo, aberrador, mas agora, é um sujeito que a caridade divina desde a idade média até seus rescaldos na pós-modernidade dá conta, mas que, socialmente e ideologicamente falando há filiação a novas FD, campos epistêmicos que contradiz essas marcas do interdiscurso sobre a identidade do sujeito surdo que hoje é diferente, mas outrora era bestial, defeituoso, pecador.

Se este sujeito-enunciador se identifica como surdo, na perspectiva não clínico-patológica, ele não poderia coadunar com a vontade caridosa do suposto Deus que o fez assim, pois a nosso ver, essa explicação seria muito simplista e por vezes, incoerente sempre buscando uma espécie de “culpado” para o que acontece na vida da pessoa que atesta inclusive suas condições existenciais, de saúde, etc. O sujeito se retira da responsabilidade existencial **por ser assim** - como se sua condição de diferença retomasse também os dizeres que impõe peso estigmatizante sobre ser surdo, colocando diferença e deficiência no mesmo patamar- e coloca na conta do divino, do Deus que o **criou assim** revelando atravessamentos complexos contraditórios pela memória interdiscursiva retomada.

⁷ Cf.: João (9:1-10:21).

No último destaque desta SD2: “...eu te respeitam a todos diversidade de pessoas, mas vocês me respeitam também, né.” há relação com sentidos que existem no interdiscurso e que significa mais uma vez, a partir de sua filiação identitária. Este sujeito significa a partir do entendimento de discussões empregadas numa determinada FD - proporcionada pela insinuante escolha dos sintagmas: **diversidade de pessoas** - e se posiciona mais uma vez, no intuito dessa ação se fazer valer pelo reconhecimento que o outro precisa ter dele, para que o respeito, sugerindo uma ação recíproca. Este sujeito é também um cidadão e demonstra sua posição-cidadã neste convite enfático ao respeito recíproco e, que reconhece uma coexistência possível e, sobretudo, respeitosa mediante a aceitação da sua diferença pelo sujeito-outro.

Assim, analisamos que nessa segunda SD, a identidade surda se faz presente como marca de diferença por meio da menção à ideia de **diversidade de pessoas**. Essa menção poderia representar um alargamento da consciência do sujeito-outro ao entender que a diversidade é comum e constitucional. Ao mesmo tempo que ela pode ser natural, ela pode se manifestar sob a forma do ordenamento jurídico, funcionando assim como discurso coercitivo do “convite” ao respeito. Em outras palavras, esse diferente, o surdo, pode ser respeitado e ter sua diferença identitária legitimada a partir do uso da língua portuguesa escrita, fugindo por vezes ao padrão formal que lhe é exigido, etc., por outro lado, esse respeito poder vir pela maneira natural; aquela que implica em acordo tácito, ou, por último, pode vir pelo acionamento de medidas que chamem a coercitividade do discurso jurídico.

Em termos de ensino, essa coercitividade muitas vezes se traduz para o surdo, por exemplo, em ter de acionar a justiça para ter sua matrícula aceita na escola e assim gozar do direito de ser educado por meio de acessibilidade linguística e não forçado a aprender uma língua que foge à forma natural de sua apreensão. E por extensão, em outras inúmeras situações, esse sujeito precisará recorrer a essas práticas para ter para ter atendimento às suas necessidades e gozar de seus direitos básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição da escrita do sujeito surdo, sem dúvidas, marca diferentes posições discursivas e efeitos de sentidos que vão para além do dizer comum reiterado muitas vezes pela memória discursiva embutida no senso comum em: **escreve bem** ou, **escreve mal a língua Portuguesa!** Não é sobre isso! Ao longo da análise do *corpus* aqui selecionado, vemos alguns funcionamentos discursivos no que diz respeito às posições-sujeito que o surdo assume no texto escrito, relacionando à sua afirmação como sujeito diferente, um sujeito que não é deficiente, defeituoso.

O sujeito-enunciador da materialidade analisada, exhibe a necessidade de demarcar a diferença constitutiva de sua identidade presente no que ele escreve, direcionado para quem ele fala, trazendo a figura do ouvinte como o outro a quem ele direciona a sua fala; sujeito esse que precisa vê-lo sob o ponto de vista da diferença. Este ouvinte é também o outro que o constitui de maneira contrastiva; ele vive no mesmo país, frequentando em grande parte os mesmos lugares, principalmente os mais canônicos: escolas, igrejas, hospitais, nascem em famílias, etc., e, no entanto, são estranhos na comunicação, revelando assim, uma relação de contraditoriedade entre estes dois tipos de sujeitos proporcionados pelo uso diferenciado de duas línguas; a Libras e a língua Portuguesa.

A Libras, L1 do surdo e base para o aprendizado da L2, o português, que precisa necessariamente ser na modalidade escrita, mas no entanto, como aprender uma língua de modalidade diferente dessa sua L1; que tem como base de aprendizado o canal visual, e o português: uma língua que, grosso modo, é língua falada e ouvida, mas sua escrita, apresenta desafios significativos na aprendizagem dos surdos, mesmo sendo um caminho para que a inclusão de surdo aconteça, socialmente, intelectual e jurídica?

A forma como o sujeito surdo marca as relações dadas em paráfrase - pois ele a todo momento na escrita do texto coloca dizeres já conhecidos sobre sua posição identitária de sujeito-surdo - mas o faz com a intenção de transgredir, romper com esta filiação parafrástica por meio da polissemia deste já-dito **surdo-mudo** ou **mudo**. Ele se auto afirma como um sujeito surdo e sua posição identitária é marcada pela não sujeição ao discurso clínico-patológico e sim, pelo

aspecto cultural, antropológico, apoiado em epistemologias que refletem sobre a surdez pelo viés da diferença.

Essa afirmação transgressora e de resistência para com o discurso patológico ou qualquer discurso que tenha natureza normatizadora da diversidade identitária dos surdos se presentifica na escrita do surdo em boa parte das oportunidades aferidas a estes sujeitos no sentido de posicionamento público sobre si (Mianes; Müller; Furtado, 2011,). E assim, como parte desta defesa pública de si, a defesa da língua de sinais sempre encabeça tais discursos como forma outra de garantir que as repressões não continuem, mas que haja garantia pela defesa de seus direitos, necessidades e liberdades.

Observamos como este sujeito surdo estabeleceu as significações a seu modo de enunciar; dando ênfase na escrita, fazendo questionamentos ao outro a qual sua produção discursiva estava sendo direcionada. Por fim, o funcionamento do discurso religioso-cristão se fez presente quando o sujeito do discurso em questão retomou a esta matriz de sentidos como forma de atualizar em polissemia, dizeres que estavam cristalizados na memória discursiva sobre as concepções do que é(era) ser surdo; concepções estas que outrora colocam a surdez no campo na sub-humanidade, culpada pelo pecado e que agora, assume a acepção de criatura divina digna de respeito – nesse FD cristã – mas que também assume outras posições-sujeito: é profissional, é cidadão, etc. É um sujeito atravessado ideologicamente e se perfaz por estas/nestas várias posições.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso** .2ª ed. rev. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Brasília/DF: D. O. U. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436. Acesso em 02 maio. 2023.

BROCHADO, Sônia Maria Dechandt. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira**. 2003. 431 f. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2003.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, C. Laura. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista “Educação Especial”** v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago. 2009, Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M; A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T.(org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

GADET, F.; HAK, T.(org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

GESSER, Audrei. **“Um olho no professor surdo e outro na caneta”**: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2006.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 70-81, 2000.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda. **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, p. 67-89, 2011.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. 2ª ed. – Campinas, SP – Editora Unicamp, 2013.

KAIL, M. **Aquisição de linguagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2013. 95-101p.

KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In. LODI, Ana Cláudia; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. (Org.). **Letramento e minorias**. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MIANES, F.; MÜLLER, J. I.; FURTADO, R. S. S. Literatura surda: um olhar para as narrativas de si. KARNOPP, L. KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARI, M. (Org.). **Cultura surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas, RS: ULBRA, 2011.

NASCIMENTO, L. C. R. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. **ETD - Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 255–265, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/807>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. - 5ª ed. - Campinas- São Paulo, Ponte Editora, 2007.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. P. (org.) **Introdução às ciências da linguagem** - Discurso e textualidade. -2ª ed. - São Paulo: Pontes editora, 2010. p 11-32.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. *In*: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli. *Papel da Memória*. 4ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi. 4ª. ed. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2009 [1975].

PERLIN, Gládis. Surdos: o narrar e a política - **Ponto de Vista**, Florianópolis, 2003, n.05, p. 217-226.

PERLIN, Gládis. Surdos: de objetos de pesquisa à irrupção como pesquisadores. *In*: DECHICHI, Cláudia; SILVA, C. Lázara. **Inclusão escolar e educação especial**: teoria e prática na diversidade, Uberlândia, EDUFU, 2008.p: 235-248.

Grupo Surdos e Intérpretes: Brasil-LIBRAS. Facebook. Acesso em: 27. de jun. 2022.

QUADROS, Ronice. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SILVA, M. M. Camila. **A Interlíngua Português-Libras na produção textual escrita de pessoas surdas adultas usuárias de Libras aprendizes do Português escrito como segunda língua**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2018. 115f.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 24, n.2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, Carlos. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. – 4ª ed. Editora Mediação, Porto Alegre, 2010.

SOUZA, R.M; CARDOSO, S.H.B. Inclusão escolar e linguagem: revisitando os PCNs. *In*: **Pró-posições**, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 32-46, 2001.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. -Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Enviado em: 28 de março de 2024

Aprovado em: 07 de agosto de 2024